ISSN: 2358-8829

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE ESTUDANTIL A PARTIR DOS NÚCLEOS DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS (NEAB) E DE GÊNERO (NEG) NAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA: UMA ANÁLISE INTERSECCIONAL

Estefanny Camilly Mariano de Araújo[1]
Maria Luiza Santos de Oliveira[2]
Auxiliadora Maria Martins[3]

INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira é historicamente marcada por estruturas desiguais oriundas dos processos de colonialismo, escravização e patriarcado. No contexto social, a escola se constitui como um importante espaço de socialização, produção de conhecimentos, estabelecimento de relações sociais e construção de identidades. Longe de ser um ambiente neutro, o espaço escolar é atravessado por dinâmicas históricas, políticas e culturais que influenciam as formas pelas quais os sujeitos compreendem a si mesmos, aos outros e às suas possibilidades no mundo (HALL, 2006; SILVA, 2014). Nesse sentido, a construção identitária deve ser compreendida como um processo contínuo, relacional e situado historicamente, constituído por experiências de pertencimento, diferenciação e reconhecimento social.

Essa dimensão analítica ganha relevância quando observadas as relações étnico-raciais e de gênero no ambiente educacional. O racismo e o sexismo estruturais se expressam nas práticas institucionais cotidianas, nos currículos e nas hierarquizações dos saberes legitimados. Como consequência, estudantes negros, indígenas, mulheres e pertencentes a grupos historicamente minorizados podem vivenciar processos de invisibilização e estigmatização de suas trajetórias (CAVALLEIRO, 2000; GOMES, 2005; ALMEIDA, 2019). Para fazer frente a essas desigualdades, marcos legais decisivos foram homologados no Brasil nas últimas décadas:

[1] Graduanda pelo Curso de Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, estefanny.araujo@ufpe.br;

[2] Graduanda do Curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal de Pernambuco- UFPE, maria.mlso@ufpe.br;

[3] Professora doutora do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco- UFPE, auxiliadora.martins@ufpe.br

ISSN: 2358-8829

> As Leis Federais nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 tornaram obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena na Educação Básica. Posteriormente, a Lei Federal nº 14.164/2021 alterou a LDB para incluir a prevenção da violência contra a mulher nos currículos escolares, e a Lei Federal nº 14.986/2024 estabeleceu a obrigatoriedade do estudo das contribuições das mulheres para a humanidade. No estado de Pernambuco, somam-se a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial e a publicação do Protocolo de Educação Antirracista (PERNAMBUCO, 2023).

No entanto, a existência de normativas legais não assegura por si só a sua efetivação prática no cotidiano das instituições de ensino. É nesse cenário que ganham relevância os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEABs) e os Núcleos de Estudos de Gênero (NEGs). Compreendidos nesta pesquisa como dispositivos pedagógicos de resistência, produção de conhecimento e pertencimento, esses núcleos possibilitam a discussão sistemática de raça e gênero, combatendo o epistemicídio e promovendo a justiça curricular (CANDAU, 2012; GOMES, 2005).

Diante disso, este trabalho tem como objetivo geral analisar a contribuição dos NEABs e NEGs para a construção da identidade de estudantes do Ensino Médio na rede pública estadual de Pernambuco, com recorte na Gerência Regional de Educação Recife Norte (GRE Recife Norte). Especificamente, buscou-se: a) investigar a conscientização sobre questões raciais e de gênero; b) identificar desafios e possibilidades na implementação dos núcleos; c) verificar o impacto na construção de identidades positivas entre estudantes de grupos minorizados; e d) propor estratégias de fortalecimento sustentável dessas iniciativas no ambiente escolar.

METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como um estudo de abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo (MINAYO, 1992), fundamentado na perspectiva analítica da interseccionalidade (AKOTIRENE, 2019; CRENSHAW, 2002). A articulação da interseccionalidade permitiu apreender a indissociabilidade entre os marcadores sociais de raça, gênero, classe e sexualidade no cotidiano das vivências escolares.

O percurso metodológico desdobrou-se em quatro procedimentos integrados de produção de dados: 1) Revisão bibliográfica especializada e fichamento teórico sobre

relações étnico-raciais, gênero e currículo; 2) Levantamento e mapeamento quantitativo-qualitativo da totalidade das 44 escolas de Ensino Médio da GRE Recife Norte (compreendendo EREMs, EREFEMs e ETEs); 3) Análise documental de diretrizes pedagógicas, regimentos institucionais e marcos normativos federais e estaduais; e 4) Trabalho de campo qualitativo, englobando observação participante nas atividades dos núcleos, diário de campo e realização de rodas de conversa e entrevistas semiestruturadas gravadas com estudantes e docentes.

O tratamento do material empírico foi conduzido por meio da Análise de Conteúdo categorial temática (BARDIN, 2016). Os dados das transcrições e registros foram categorizados a partir dos seguintes eixos analíticos: pertencimento, identidade, raça, gênero, protagonismo estudantil, aquilombamento e entraves institucionais à consolidação dos núcleos.

REFERENCIAL TEÓRICO

O arcabouço teórico que sustenta este estudo articula os campos da Educação, Psicologia e Estudos Culturais. A teoria da interseccionalidade, formulada por Akotirene (2019) e Crenshaw (2002), estabelece que as categorias de raça, gênero e classe social não operam de modo estanque ou aditivo, mas sim através de um entrecruzamento estrutural que produz formas específicas de opressão e, concorrentemente, modalidades singulares de resistência no espaço escolar.

> A identidade deixa de ser concebida como uma essência fixa ou biológica, passando a ser compreendida como uma construção social, histórica e discursiva, em permanente transformação. O currículo escolar configura-se, assim, como um território central de disputas de poder, de seleção cultural e de legitimação de subjetividades (HALL, 2006; SILVA, 2014).

Paralelamente, os conceitos de letramento racial e superação do racismo estrutural (GOMES, 2005; MUNANGA, 2005; ALMEIDA, 2019) fundamentam a necessidade de desnaturalizar as práticas eurocêntricas no ambiente de ensino. Já os estudos sobre gênero e patriarcado (SAFFIOTI, 2015) sustentam a urgência pedagógica de romper com a violência sexista e promover o reconhecimento da produção histórica feminina na sociedade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os achados empíricos produzidos durante a pesquisa na GRE Recife Norte foram organizados e discutidos a partir dos eixos emergentes da investigação, integrando o mapeamento institucional, a análise bibliográfica e as narrativas dos sujeitos da pesquisa. 4.1 Mapeamento dos NEABs e NEGs na GRE Recife Norte O levantamento empírico abrangeu as 44 escolas públicas de Ensino Médio da regional GRE Recife Norte. A distribuição por modalidade de ensino e a presença mapeada dos núcleos encontram-se sistematizadas na Tabela 1:

Os dados evidenciam uma disparidade marcante entre a presença dos NEGs (14 escolas) e dos NEABs (5 escolas). Essa maior capilaridade dos NEGs decorre da trajetória histórica de implementação da política pública em Pernambuco, formalizada por meio de cooperação técnica entre a Secretaria da Mulher e a Secretaria de Educação a partir do final da década de 2000. Por outro lado, a despeito do tempo decorrido desde a sanção da Lei 10.639/03, os NEABs enfrentam maior heterogeneidade e descontinuidade institucional nas unidades escolares.

4.2 Lacuna Bibliográfica e Invisibilização na Educação Básica A revisão bibliográfica nas bases SciELO, CAPES e Google Acadêmico revelou que a vasta maioria das pesquisas sobre NEABs se concentra no Ensino Superior (discutindo ações afirmativas e pós-graduação). Constatou-se uma grave lacuna na documentação acadêmica sobre o funcionamento desses núcleos no Ensino Médio, invisibilizando as ricas práticas desenvolvidas nas escolas públicas.

4.3 Pertencimento, Letramento Racial e Aquilombamento Nas entrevistas e rodas de conversa, estudantes relataram que os núcleos operam como verdadeiros espaços de acolhimento e formação crítica. O letramento racial promovido pelas atividades permitiu que diversos jovens vivenciassem o processo de autorreconhecimento enquanto pessoas negras. Além disso, a vivência nos núcleos foi descrita a partir da noção de 'aquilombamento' (conceito associado à proteção mútua, afeto e resistência coletiva contra o racismo e a LGBTfobia escolar).

4.4 Protagonismo Juvenil e Desafios de Consolidação Observou-se o fortalecimento da autoconfiança e oratória dos estudantes, que assumem a organização de palestras, oficinas e eventos culturais. Todavia, a pesquisa identificou desafios estruturais severos: a)

ausência de carga horária específica na matriz curricular, sobrecarregando docentes; b) falta de espaço físico próprio e de recursos financeiros; e c) dependência do voluntarismo individual, o que ameaça a sustentabilidade temporal das ações frente a mudanças nas gestões escolares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa evidenciou que os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEABs) e de Gênero (NEGs) consistem em dispositivos pedagógicos fundamentais para a construção de identidades emancipadas e positivas no Ensino Médio. Ao articularem saber acadêmico, vivência comunitária e sensibilidade humana, os núcleos superam o plano da obrigatoriedade formal das leis, materializando a justiça curricular e a equidade no chão da escola.

Entretanto, para assegurar a sustentabilidade e a expansão dessas conquistas, faz-se urgente superar os gargalos institucionais identificados. É indispensável instituir carga horária própria na matriz curricular, alocar recursos financeiros e infraestrutura física adequada, além de consolidar programas de formação continuada para equipes gestoras e docentes. Fortalecer os NEABs e NEGs significa garantir que a educação pública pernambucana avance no compromisso democrático de uma sociedade antirracista e antissexista.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALMEIDA, Silvio. Racismo estrutural. São Paulo: Pólen, 2019.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Inclui a obrigatoriedade da temática 'História e Cultura Afro-Brasileira'. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Inclui a temática 'História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena'. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 mar. 2008.

BRASIL. Lei nº 14.164, de 10 de junho de 2021. Conteúdos de prevenção da violência contra a mulher. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 jun. 2021.

BRASIL. Lei nº 14.986, de 25 de setembro de 2024. Abordagens sobre as contribuições femininas na humanidade. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 set. 2024.

CANDAU, Vera Maria. Educação e diversidade cultural: desafios teóricos e pedagógicos. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 41-56, 2012.

CAVALLEIRO, Eliane. Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. São Paulo: Contexto, 2000.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em discriminação racial e gênero. In: LIMA, M. C. A.;

CARNEIRO, S. (org.). Enfrentando a interseccionalidade. Brasília: IPEA, 2002.

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores. In:

MUNANGA, K. (org.). Superando o racismo na escola. Brasília: MEC/UNESCO, 2005.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A;, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1992.

MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis: Vozes, 2005.

PERNAMBUCO. Secretaria de Educação. Protocolo de Educação Antirracista de Pernambuco. Recife: SEE-PE, 2023.

SAFFIOTI, Heleieth. Gênero, patriarcado, violência. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2014